

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18.028/2025 – PROCESSO N.º 28040/2025-20
(COM COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO / COM COTA RESERVADA PARA
ME/EPP/COOP E COM COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)**

EDITAL

OBJETO: Seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando ao fornecimento de equipamentos escolares, (mural, quadro branco, lousa de vidro e espelho), a serem utilizados na reinauguração de Unidades Municipais de Educação e todas as UMEs de Educação Infantil e Fundamental e núcleos que atendem crianças da rede pública municipal de ensino, do Município de Santos, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

IMPORTANTE:

- **Data da Sessão Pública:**
Dia 21/01/2026 às 10:00 h (horário de Brasília)

- **Valor total estimado da Contratação:**

Item 01 - R\$ 10.595,25

Item 02 - R\$ 9.928,50

Item 03 - R\$ 71.595,00

Item 04 - R\$ 23.865,00

Item 05 - R\$ 39.160,00

- **Critério de Julgamento:**
Menor preço por item
- **Modo de disputa:**
Aberto e fechado
- **Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS**
Sim
- **Formalização de Consultas:**
E-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br
Fones: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540
- **Referência de Tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

ÍNDICE

1. EDITAL:

SEÇÃO I

ITEM ASSUNTO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2. OBJETO
3. ITEM ORÇAMENTÁRIO
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO
6. REFERÊNCIA DE TEMPO

SEÇÃO II

ITEM ASSUNTO

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
9. DA FASE DE JULGAMENTO
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO
11. DOS RECURSOS
12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13. FORMALIZAÇÃO DA ATA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
14. CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
15. DISPOSIÇÕES FINAIS

2. ANEXOS AO EDITAL:

- 2.1. **Anexo I** - Termo de Referência;
- 2.2. **Anexo II** - Relação dos documentos de habilitação;
- 2.3. **Anexo III** - Modelo de Proposta Comercial;
- 2.4. **Anexo IV** - Modelo de Declaração para fins do disposto no artigo 68, Inciso VI, da Lei Federal nº 14133/2021;
- 2.5. **Anexo V** - Modelo de Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência ou para aprendiz;
- 2.6. **Anexo VI** - Modelo de Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal;
- 2.7. **Anexo VII** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 2.8. **Anexo VIII** - Instrumento de Constituição de Consórcio;
- 2.9. **Anexo IX** - Termo de Compromisso de Consórcio;
- 2.10. **Anexo X** - Locais de Entrega.
- 2.11. **Anexo XI** - Modelo de Declaração de enquadramento de ME / EPP.

LICITA V – DELIS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18.028/2025

SEÇÃO I

O MUNICÍPIO DE SANTOS, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, e por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal n.º 10.222, de 20 de outubro de 2023 e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na forma abaixo.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET, onde o acesso as informações é protegido por **HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure)**.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Santos, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a Plataforma “BLL Compras” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (bllcompras.com).

1.3. Para fins de participação na licitação, ficam adotadas as seguintes definições:

- a)** cota de ampla participação: destinada à participação de todo e qualquer interessado que atenda à todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com valor total acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- b)** cota exclusiva para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada exclusivamente à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com valor total até R\$ 80.000,00;
- c)** cota reservada para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada a reserva de 25% (vinte e cinco por cento) da cota de ampla participação, à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

2. OBJETO

2.1. A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

3. ITEM ORÇAMENTÁRIO

3.1. A descrição do item orçamentário será indicada no momento da formalização na Ata de Registro de Preços.

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#), ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através de campo próprio do sistema.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste Edital.

4.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação e ao pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

5.1. O interessado em participar do certame deverá observar a data e o horário da sessão pública, conforme previsto na folha de rosto, o que será o prazo limite para inserção da proposta.

6. REFERÊNCIA DE TEMPO

6.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

SEÇÃO II

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

7.2. Para fins do disposto no artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica a participação nos lotes das cotas exclusivas (inciso I) ou reservadas (inciso III) limitada às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como às Cooperativas de Consumo (COOP), equiparadas nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

7.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos e atas com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

7.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, **para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133/2021](#)**, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da **[Lei Complementar nº 123/2006](#)** e do Decreto n.º 8.538/2015.

7.3. Em se tratando de consórcio, a participação de empresas fica condicionada, além das exigências gerais contidas neste Edital e das disposições da Lei nº 14133/2021, ao atendimento dos seguintes requisitos:

- a)** poderão participar desta licitação as empresas em consórcio já constituído ou que tenham se obrigado a constituí-lo, através de Termo de Compromisso público ou particular de Constituição de Consórcio, **(ANEXOS VIII e IX do Edital)**;
- b)** indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c)** cada empresa consorciada deverá apresentar a totalidade dos documentos exigidos para habilitação, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, sendo certo que a inabilitação de uma das empresas inabilita o consórcio;
- d)** as empresas reunidas em um consórcio ficarão impedidas de participar desta licitação integrando outro consórcio, ou de se apresentar isoladamente;
- e)** os integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução da ata de registro de preços;
- f)** para fins de aferição da qualificação econômico-financeira do consórcio, admite-se a soma do capital mínimo ou do patrimônio líquido das empresas que o integram, observada a proporção de sua respectiva participação, acrescida de 30 % (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira;
- g)** o acréscimo previsto na letra “f” deste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei;
- h)** no caso do consórcio formado nos termos deste Edital sagrar-se vencedor deste procedimento licitatório e, ser-lhe adjudicado o objeto do certame, as empresas que o integram deverão obrigatoriamente promover, antes da celebração da ata de Registro de Preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea “a” acima;
- i)** eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão competente e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os esmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a ata de registro de preços.

7.4. Não poderão participar nesta licitação:

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

- 7.4.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 7.4.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 7.4.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 7.4.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 7.4.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 7.4.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 7.4.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 7.4.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 7.5.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021](#).
- 7.6.** O impedimento de que trata o item 7.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 7.7.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.4.2 e 7.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 7.8.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

LICITAV – DELIS

7.9. O disposto nos itens 7.4.2 e 7.4.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

7.11. A vedação de que trata o item 7.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) responder os pedidos de esclarecimentos e eventuais impugnações apresentadas contra o edital, com o auxílio dos setores técnicos competentes;
- b) determinar a abertura da sessão pública e promover seu adiamento, suspensão ou reativação, quando necessário, conforme decisão da autoridade competente;
- c) analisar as propostas e desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos previstos no edital;
- d) promover o desempate das propostas, quando o sistema eletrônico de licitação não o previr automaticamente;
- e) processar a etapa de lances de acordo com a modalidade de licitação e com o sistema utilizado;
- f) promover o exercício do direito de preferência afeto às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, quando for o caso;
- g) negociar o valor do menor preço obtido ou condições mais vantajosas para a Administração;
- h) decidir motivadamente quanto à aceitabilidade do preço;
- i) promover a habilitação;
- j) receber, analisar e se manifestar com relação aos recursos interpostos contra seus atos, encaminhando-os à autoridade competente, caso não reforme a decisão recorrida;
- k) elaborar ata da sessão pública com o auxílio eletrônico;
- l) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para a homologação.

– CREDENCIAMENTO –

8.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão nomear através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site bllcompras.com

LICITA V – DELIS

8.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, devidamente justificado.

8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Santos a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

– PARTICIPAÇÃO –

8.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

8.7.1. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

8.7.2. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida com a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil pelo telefone: (41) 3097-4600 ou e-mail: contato@bll.org.br

8.7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

– DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA –

8.8. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

LICITA V – DELIS

8.9. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14133/2021, o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

8.10. A falsidade da declaração de que trata o item 8.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), e neste Edital.

8.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 8.13 terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (**noventa**) dias, a contar da data de sua apresentação.

- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

8.17. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.17.1. valor unitário do item;

8.17.2. Marca/Modelo;

8.18. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

LICITA V – DELIS

8.19. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.20. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, só será permitido alteração sob alegação de erro, quando este for visivelmente discrepante (por exemplo erro no lance ofertado).

– DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS –

8.21. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.22. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.22.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.23. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.24. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

– CRITÉRIO DE JULGAMENTO –

8.25. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.26. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

8.26.1. Não há possibilidade de prever preços diferentes em razão da execução do objeto ocorrer em locais diferentes, ou qualquer outra circunstância elencada no art. 82, III da Lei Federal nº 14133/21.

8.26.2. Não há possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

8.27. Será possível registrar o preço de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

– DA ETAPA DE LANCES –

8.28. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

LICITA V – DELIS

- 8.29.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.
- 8.30.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.31.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 05 (cinco) segundos*.
- 8.32.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.33.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.34.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.35.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.36.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.37.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.38.** Após a etapa de envio de lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 e a Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.39.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, se esta for empresa de maior porte, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.40.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.41.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 8.42.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

LICITA V – DELIS

8.43. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.44. Em caso de eventual empate entre as propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14133/2021, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; ([Vide Decreto nº 11.430/2023](#))

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.44.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187/2009](#).

8.44.2 As regras previstas no item 8.44 não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006](#).

8.45. Nesse procedimento será adotado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

– MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO –

8.46. Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o **modo de disputa “aberto e fechado”**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

8.46.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

LICITA V – DELIS

8.46.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.46.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.46.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 8.46.2., poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.46.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

9.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.5. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#) e no item 7.3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

LICITA V – DELIS

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Relação de apenados publicada mensalmente no Diário Oficial do Estado
<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>

9.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. conter vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

9.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 9.8, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja

LICITA V – DELIS

majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.12. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Anexo II do Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#).

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados exclusivamente por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 4 (quatro) **horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

LICITAV – DELIS

10.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 10.4.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado referir-se ao julgamento das propostas ou ao ato de habilitação ou inabilitação do licitante a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

LICITA V – DELIS

12.1. A inexecução total ou parcial da Ata, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a Fornecedora, sem prejuízo da rescisão da Ata, às seguintes penalidades:

- a)** advertência;
- b)** multa;
- c)** impedimento de licitar e contratar;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.1.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

12.1.2. A aplicação das penalidades ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, e no caso de sanção de multa, após defesa prévia do interessado.

12.1.3. No caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 12.1, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.1.4. No caso de aplicação da penalidade prevista na alínea “d” do item 12.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.1.5. Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

12.2. A advertência será aplicada exclusivamente quando der causa à inexecução parcial da ata, quando não se justificar aplicação de penalidade mais grave.

12.3. A Fornecedora ficará sujeita às seguintes multas:

- a)** 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, quando por fato que lhe seja imputável, der causa à inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- b)** 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, incidente a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado para a entrega;
- c)** 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de não cumprimento de qualquer outra cláusula ou condição deste instrumento.

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a FORNECEDORA do pagamento de indenização por perdas e danos, que eventualmente venha a dar causa.

12.5. A multa aplicada à FORNECEDORA e os prejuízos por ela causados ao Município serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

12.6. A FORNECEDORA desde logo autoriza o MUNICÍPIO a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

12.7. O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado quando:

LICITA V – DELIS

- I** - ocorrer a inexecução parcial do Contrato/Ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II** - ocorrer a inexecução total do Contrato/Ata;
- III** - não for entregue a documentação exigida para o certame;
- IV** - não for mantida a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V** - não for celebrado o Contrato/Ata ou não for entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI** - houver o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VII** - não for comprovada a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), e Cooperativa de Consumo (COOP), na licitação de lotes de cotas exclusivas ou reservadas (artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006):

12.8. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pelo Sr. Secretário Municipal quando ocorrer:

- I** - apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato/Ata;
- II** - fraude na licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Contrato/Ata;
- III** - comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza;
- IV** - prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V** - prática de ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

13. FORMALIZAÇÃO DA ATA

13.1. Decorrido o prazo para recurso e constatada a regularidade dos atos praticados, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor e o procedimento licitatório será homologado pela autoridade competente.

13.2. No caso de consórcio sagrar-se vencedor e ser-lhe adjudicado o objeto do certame, as empresas que o integram deverão obrigatoriamente promover, antes da celebração da Ata de Registro de Preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea “a” do item 7.3 deste Edital.

13.3. Em seguida, o adjudicatário será convocado para assinatura da Ata, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da data do recebimento da convocação.

13.4. A recusa injustificada à assinatura da Ata, quando efetivada a convocação dentro do prazo de sua proposta, sujeita o licitante vencedor à multa de 30% (trinta por cento) do valor total da Ata e, ainda, à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Santos, pelo prazo de 12 (doze) meses.

LICITA V – DELIS

13.4.1. Na sequência, o Pregoeiro poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos editalícios e habilitatórios e feita a negociação, declará-lo vencedor.

14. CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Constam da Minuta anexa a este Edital (Anexo VII).

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **bilcompras.com** e <http://www.santos.sp.gov.br/licitasantos/>.

Santos, 07 de janeiro de 2026.

JOANA PATRICIA DOS SANTOS COSTAL
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
 Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18.028/2025

Seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando ao fornecimento de equipamentos escolares, (mural, quadro branco, lousa de vidro e espelho), a serem utilizados na reinauguração de Unidades Municipais de Educação e todas as UMEs de Educação Infantil e Fundamental e núcleos que atendem crianças da rede pública municipal de ensino, do Município de Santos, conforme descrição, conforme as especificações a seguir:

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)			
Item	Descrição	Unid.	Quant. máxima
01	MURAL DESCRIÇÃO COMPLETA: ESPECIFICAÇÃO: Medida aproximada 1200 x 1000 mm (LC). Em MDF com no mínimo 15 mm de espessura, revestido na face frontal com uma cortiça com 05 mm de espessura. Estrutura em perfil de alumínio 45 x 24,9 mm.	UNI	75

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)			
Item	Descrição	Unid.	Quant. máxima
02	QUADRO BRANCO DESCRIÇÃO COMPLETA: ESPECIFICAÇÃO: Medida aproximada: 1200 x 900 mm (LC). Em MDF com no mínimo 9 mm de espessura, com revestimento na face frontal em melamínico de alta pressão, na cor branca, e lisa para uso de marcador hidrográfico. Estrutura em tubo de aço 40 x 20 x 1,20 mm e suporte para apagador em chapa de aço. Soldada, lixadas e isentas de rebarbas. A estrutura metálica deverá receber tratamento contra oxidação com disposição de fosfato de ferro. Pintura em tinta em pó.	UNI	50

(COTA PRINCIPAL PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO)			
Item	Descrição	Unid.	Quant. máxima
03	LOUSA DE VIDRO TEMPERADO (instalada) ESPECIFICAÇÃO: LOUSA DE VIDRO TEMPERADO (instalada) Lousa (quadro) de vidro incolor temperado, com tratamento que reduza os reflexos de luzes; serigrafado em um dos lados com tinta cerâmica branca (a base de água). Com película de proteção (tipo laminação/ vinil) de plástico auto adesivo na cor branca, para fins de proteção e segurança no caso de quebras. Deverá possuir resistência a impactos, choques térmicos, à flexão e flambagem. Com tensão de ruptura mínima a 1200 kgf/cm². A fixação deverá ser efetuada através de pinos cromados (livres de ferrugem,	UNI	75

LICITA V – DELIS

	oxidação) afixados dentro das normas técnicas de fixação e garantia de segurança. Com aceitação para todos os tipos de pincel para lousa de vidro. Dimensões: 1200 mm (altura) x 2000 mm (largura) x 6 mm (espessura). Altura e largura poderão variar 50 mm para mais ou para menos. Espessura poderá variar 1 mm, para mais ou para menos.		
--	--	--	--

(COTA RESERVADA PARA ME/EPP/COOP)			
Item	Descrição	Unid.	Quant. máxima
04	LOUSA DE VIDRO TEMPERADO (instalada) ESPECIFICAÇÃO: LOUSA DE VIDRO TEMPERADO (instalada) Lousa (quadro) de vidro incolor temperado, com tratamento que reduza os reflexos de luzes; serigrafado em um dos lados com tinta cerâmica branca (a base de água). Com película de proteção (tipo laminação/ vinil) de plástico auto adesivo na cor branca, para fins de proteção e segurança no caso de quebras. Deverá possuir resistência a impactos, choques térmicos, à flexão e flambagem. Com tensão de ruptura mínima a 1200 kgf/cm². A fixação deverá ser efetuada através de pinos cromados (livres de ferrugem, oxidação) afixados dentro das normas técnicas de fixação e garantia de segurança. Com aceitação para todos os tipos de pincel para lousa de vidro. Dimensões: 1200 mm (altura) x 2000 mm (largura) x 6 mm (espessura). Altura e largura poderão variar 50 mm para mais ou para menos. Espessura poderá variar 1 mm, para mais ou para menos.	UNI	25

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)			
Item	Descrição	Unid.	Quant. máxima
05	ESPELHO DESCRIÇÃO COMPLETA: ESPECIFICAÇÃO: Espelho com moldura, 100 cm X 50 cm, com fixação parede.	UNI	100

1. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

1.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Educação-SEDUC e gerenciada pela mesma.

1.2. O fornecimento do objeto desta licitação será requisitado, por escrito, através da Autorização de Fornecimento, quando verificada a necessidade, às detentoras da Ata, obedecida a classificação.

1.3. Nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 14133/2021 a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

LICITA V – DELIS

1.4. A detentora que assinar a Ata de Registro de Preços fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

1.5. O prazo para o atendimento do pedido de cada entrega será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, por escrito, que deverá ser providenciada pela Seção de Elaboração de Editais e Compras – SEEC/DEAFIN/SEDUC e de acordo com as quantidades determinadas pela unidade administrativa gerenciadora da Ata.

1.6. Os materiais deverão ser embalados e protegidos de acordo com sua especificidade, tomando-se o devido cuidado para que não ocorra nenhum dano durante o seu transporte e manuseio.

1.7. O(s) local(ais) de entrega e condições para recebimento estão especificados no ANEXO X deste Edital, em seus respectivos horários, de segunda-feira a sexta-feira.

2. DO RECEBIMENTO DO PRODUTO

2.1. O produto será recebido:

2.1.1. Provisoriamente na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com a especificação, nos termos do art. 140, II, “a”, da Lei Federal nº 14133/2021.

2.1.2. Definitivamente, após verificação e consequente aceitação, mediante recibo expedido, no prazo de até **5 (cinco) dias corridos**, nos termos do artigo 140, II, letra "b" da Lei Federal nº 14133/2021.

3. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

3.1. Após cada entrega a Fornecedora deverá emitir Nota Fiscal / Fatura, contemplando o valor total do fornecimento efetuado.

3.2. O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de emissão da nota de liquidação. Eventuais boletos encaminhados pelos fornecedores serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de um ano, a contar da data da sua assinatura, prorrogável por igual período, desde que:

I - o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado;

III - havendo interesse público devidamente justificado e disponibilidade de créditos orçamentários e, caso os preços permaneçam vantajosos.

4.2. A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as

LICITA V – DELIS

disposições neles contidas.

4.3. Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

5. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do período, observada a legislação federal em vigor.

5.2. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

5.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.3. O pedido de revisão de preços poderá ocorrer a qualquer tempo e deverá estar instruído com provas que evidenciem a necessidade de revisão de preço e será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

5.4. Compete ao Órgão Gerenciador a prática dos atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, incluindo o acompanhamento da economicidade dos preços registrados, nos termos do artigo 79 do Decreto Municipal nº 10222/2023.

ANEXO II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a seguinte documentação:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da composição da diretoria em exercício.

1.1.3.1. No caso de consórcio, além dos documentos de cada consorciado, exigidos neste Anexo, deverá ser apresentado termo de compromisso, público ou privado, de constituição de consórcio ou termo de constituição de consórcio, subscrito por todas as empresas consorciadas, conforme modelos constantes dos **Anexos VIII e IX respectivamente deste Edital**, do qual deverá constar:

a) indicação clara do nome e qualificação das consorciadas e participação de cada qual no consórcio, sem prejuízo de sua responsabilidade solidária;

b) indicação da empresa líder, que representará o consórcio perante o MUNICÍPIO no decorrer do procedimento licitatório, podendo inclusive assumir obrigações perante as demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;

c) declaração de que confere ao líder amplos poderes para representar os consorciados na licitação, em especial: transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação.

1.1.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

1.1.5. Prova de inscrição no CNPJ.

1.1.6. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.).

1.1.7. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União ou Positiva com efeito de

LICITA V – DELIS

Negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.8. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.9. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Mobiliários ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Finanças do Município, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de ***Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos***, expedida nas páginas eletrônicas do **Tribunal Superior do Trabalho** (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1470 de 24 de agosto de 2011).

1.1.11. Declaração para fins do disposto no Artigo 68, Inciso VI, da Lei Federal nº 14133/2021, conforme Anexo IV.

1.1.12. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Artigo 63, Inciso IV e do Artigo 116, da Lei Federal nº 14133/2021, conforme Anexo V.

1.1.13. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do Artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14133/2021, conforme Anexo VI.

1.1.14. As microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar declaração de enquadramento de receita bruta, para fins de benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em atendimento ao disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14133/2021 (Anexo XI).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.1.15. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou de execução patrimonial do domicílio da pessoa física ou da firma individual, cuja data de emissão não poderá ser superior a **60 (sessenta) dias** da data da abertura desta licitação.

1.1.16. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômica da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

1.1.16.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices

LICITA V – DELIS

de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais que 1 (≥ 1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

1.1.16.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

1.1.16.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §6º)

1.1.16.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

1.1.16.5. Comprovação do cumprimento de um dos seguintes itens, cuja opção ficará a critério do licitante:

- **Item 01 - I – Capital mínimo** de R\$ 1.059,52 (Um mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), ou; **II - Patrimônio líquido mínimo** de R\$ 1.059,52 (um mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).
- **Item 02 - I – Capital mínimo** de R\$ 992,85 (Novecentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), ou; **II - Patrimônio líquido mínimo** de R\$ 992,85 (Novecentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos).
- **Item 03 - I – Capital mínimo** de R\$ 7.159,50 (Sete mil cento e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), ou; **II - Patrimônio líquido mínimo** de R\$ 7.159,50 (Sete mil cento e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).

LICITA V – DELIS

- **Item 04 - I – Capital mínimo** de R\$ 2.386,50 (Dois mil trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), ou; **II - Patrimônio líquido mínimo** de R\$ 2.386,50 (Dois mil trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).
- **Item 05 - I – Capital mínimo** de R\$ 3.916,00 (Três mil e novecentos e dezesseis reais), ou; **II - Patrimônio líquido mínimo** de R\$ 3.916,00 (Três mil e novecentos e dezesseis reais).

1.1.16.5.1. No caso de consórcio, a soma do capital mínimo ou do patrimônio líquido das empresas que o integram, observada a proporção de sua respectiva participação, deverá ter acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

1.1.16.5.2. Não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas o acréscimo previsto no item anterior.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1.17. Declaração formal do licitante de que apresentará, antes de cada fornecimento, quando aplicável ao item fornecido, o Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, bem como o respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013 e demais normas correlatas.

2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por verificação de autenticidade via internet.

3. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, serão considerados válidos os emitidos até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de abertura desta licitação, exceção feita ao item 1.1.15 deste Anexo.

4. Todos os documentos deverão se reportar à sede ou à filial que participou da licitação e que executará a ata.

4.1. No caso da licitante desejar que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute a futura Ata, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

- a)** que o ato constitutivo da licitante (matriz) conste expressamente a filial;
- b)** que a licitante informe que o objeto será executado pela filial, quando então deverá ser comprovada a regularidade fiscal de ambos os estabelecimentos, com a apresentação das certidões necessárias.

LICITA V – DELIS

ANEXO III - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18.028/2025 – PROCESSO N.º 28040/2025-20

PROPOSTA COMERCIAL

Fornecedor:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

e-mail:

Pelo presente formulamos proposta comercial para seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando ao fornecimento de equipamentos escolares, (mural, quadro branco, lousa de vidro e espelho), a serem utilizados na reinauguração de Unidades Municipais de Educação e todas as UMEs de Educação Infantil e Fundamental e núcleos que atendem crianças da rede pública municipal de ensino, do Município de Santos, de acordo com as condições do Edital que rege a presente licitação, nos seguintes termos:

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01			75			

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
02			50			

(COTA PRINCIPAL PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
03			75			

(COTA RESERVADA PARA ME/EPP/COOP)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
04			25			

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)						
-----------------------------------	--	--	--	--	--	--

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
05			100			

Valor total da Proposta: R\$ (.....).

No valor acima estão incluídas todas as despesas originárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Data:/. 2025

Assinatura do representante legal/carimbo

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

ANEXO IV - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18.028/2025 – PROCESSO N.º 28040/2025-20

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA
EMPRESA**
Decreto 4.358, de 05.09.2002

EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA

Ref.: (18.____2025)

....., inscrito no CNPJ n.º, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de
Identidade n.º e do CPF n.º DECLARA, para fins do disposto no inciso VI
do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

ANEXO V - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18.028/2025 – PROCESSO N.º 28040/2025-20

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.ºDECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 63 e art.116 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

(data)

(representante legal)

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

ANEXO VI - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18.028/2025 – PROCESSO N.º 28040/2025-20

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º DECLARA, para fins do disposto no § 1, do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(data)

(representante legal)

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - n.º 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO nº 28040/2025-20

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18.028/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTOS E VISANDO AO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES, (MURAL, QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO E ESPELHO), A SEREM UTILIZADOS NA REINAUGURAÇÃO DE UNIDADES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E TODAS AS UMES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL E NÚCLEOS QUE ATENDEM CRIANÇAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, DO MUNICÍPIO DE SANTOS.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTOS, doravante simplesmente denominado MUNICÍPIO, com sede na Praça Visconde de Mauá, s/nº, em Santos/SP, inscrito no CNPJ sob nº 58.200.015/0001-83, neste ato representado pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO**, neste ato representada por seu titular, **Sra. JOANA PATRICIA DOS SANTOS COSTAL**, devidamente autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do Decreto nº

9.329 de 14 de maio de 2021 e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa....., com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, doravante denominado simplesmente FORNECEDORA, neste ato representada por e por esta última, na forma de sua representação, foi dito que tendo sido aceita a proposta que apresentara, conforme especificações contida no **Pregão Eletrônico nº 18.028/2025, Processo Administrativo nº 28040/2025-20** do MUNICÍPIO, cujo teor declara expressamente conhecer e aceitar e sendo-lhe adjudicado o respectivo objeto, vêm assinar o presente instrumento, concordando com os termos e condições, pelos quais desde já se obriga:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, o REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de equipamentos escolares, (mural, quadro branco, lousa de vidro e espelho), a serem utilizados na reinauguração de Unidades Municipais de Educação e todas as UMES de Educação Infantil e Fundamental e núcleos que atendem crianças da rede pública municipal de ensino, do Município de Santos, que deverá obedecer ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 18.028/2025**, e à proposta apresentada pelo Fornecedora, que integra o presente como Anexo Único, e aos quais este instrumento fica vinculado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Vinculam esta ata, independentemente de transcrição, o edital de licitação e a proposta da Fornecedora

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente ata de registro de preços é de um ano, a contar da data da sua assinatura, prorrogável por igual período, desde que:

I - o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado;

III - havendo interesse público devidamente justificado e disponibilidade de créditos orçamentários e, caso os preços permaneçam vantajosos.

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO: O fornecimento do objeto desta licitação será requisitado, por escrito, através da Autorização de Fornecimento, quando verificada a necessidade, às detentoras da Ata, obedecida a classificação.

PARAGRAFO ÚNICO: Nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 14133/2021 a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Educação-SEDUC e gerenciada pela mesma.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO: A FORNECEDORA, ao assinar a Ata de Registro de Preços, fica obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo para o atendimento do pedido de cada entrega será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, por escrito, que deverá ser providenciada pela Seção de Elaboração de Editais e Compras – SEEC/DEAFIN/SEDUC e de acordo com as quantidades determinadas pela unidade administrativa gerenciadora da Ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os materiais deverão ser embalados e protegidos de acordo com sua especificidade, tomando-se o devido cuidado para que não ocorra nenhum dano durante o seu transporte e manuseio.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O(s) local(ais) de entrega e condições para recebimento estão especificados no ANEXO X do Edital, em seus respectivos horários, de segunda-feira a sexta-feira.

CLÁUSULA SEXTA - DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO: Após cada entrega, a Fornecedora deverá emitir Nota Fiscal/Fatura, contemplando o valor total do fornecimento efetuado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de emissão da nota de liquidação. Eventuais boletos encaminhados pelos fornecedores serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PREÇOS: Pelo fornecimento dos bens descritos na Cláusula Primeira, a Prefeitura pagará à Fornecedora os seguintes valores unitários:

LICITA V – DELIS

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01						

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
02						

(COTA PRINCIPAL PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
03						

(COTA RESERVADA PARA ME/EPP/COOP)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
04						

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
05						

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes no Edital do **Pregão Eletrônico nº 18.028/2025**, bem como a proposta apresentada pela Fornecedora que as precederam e vinculam o presente instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos preços indicados nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do período, observada a legislação federal em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pedido de revisão de preços poderá ocorrer a qualquer tempo e deverá estar instruído com provas que evidenciem a necessidade de revisão de preço e será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

PARÁGRAFO QUARTO: Compete ao Órgão Gerenciador a prática dos atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, incluindo o acompanhamento da economicidade dos preços registrados, nos termos do artigo 79 do Decreto Municipal nº 10222/2023.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: A FORNECEDORA obriga-se a:

I. Executar fielmente o ajustado, fornecendo os produtos descritos na Cláusula Primeira deste instrumento, de acordo com as quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento;

II. Efetuar a entrega no local, prazo e condições estipulados na Cláusula Terceira a Quinta deste instrumento;

III. Prover o adequado transporte dos produtos objeto da presente Ata;

IV. Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos que entregar, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem falhas ou defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da respectiva comunicação, por escrito, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido;

V. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI. Arcar com as despesas de transportes, seguros, impostos, taxas e outras que eventualmente venham a recair sobre o objeto desta Ata, até o seu término;

VII. Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização dos mesmos.

VIII. Cumprir e comprovar, durante todo o período de execução da ata, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, parágrafo único da Lei n.º 14.133/2021](#));

IX. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: O Município obriga-se a:

I. Disponibilizar local adequado para o recebimento e guarda dos materiais;

II. Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento da presente Ata;

LICITA V – DELIS

III. Atestar a Nota Fiscal/ Fatura de acordo com a entrega efetuada, quando em conformidade com a presente Ata de Registro de Preços, encaminhando-a ao setor competente para as providências relativas ao pagamento;

IV. Fiscalizar, através do Sr. Anderson dos Santos Andrade (registro n.º 34.349-1) e inspecionar os materiais, verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem o especificado;

V. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Fornecedora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: A inexecução total ou parcial da Ata, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a Fornecedora, sem prejuízo da rescisão da Ata, às seguintes penalidades:

- I)** advertência;
- II)** multa;
- III)** impedimento de licitar e contratar;
- IV)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A aplicação das penalidades ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, e no caso de sanção de multa, após defesa prévia do interessado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de aplicação das penalidades previstas nos incisos “I”, “II” e “III” do caput, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de aplicação da penalidade prevista no inciso “IV” do caput, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

PARÁGRAFO SEXTO: A advertência será aplicada exclusivamente na hipótese de inexecução parcial da ata, quando não se justificar aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A Fornecedora ficará sujeita às seguintes multas:

- I)** 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, quando por fato que lhe seja imputável, der causa à inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- II)** 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, incidente a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado para a entrega;
- III)** 10% (dez por cento) do valor atualizado da Autorização de Fornecimento, na hipótese de não cumprimento de qualquer outra cláusula ou condição deste instrumento.

LICITA V – DELIS

PARÁGRAFO OITAVO: A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a FORNECEDORA do pagamento de indenização por perdas e danos, que eventualmente venha a dar causa.

PARÁGRAFO NONO: A multa aplicada à FORNECEDORA e os prejuízos por ela causados ao Município serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A FORNECEDORA desde logo autoriza o MUNICÍPIO a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado quando:

I - ocorrer a inexecução parcial da Ata/Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - ocorrer a inexecução total da Ata de RP;

III - não for entregue a documentação exigida para o certame;

IV - não for mantida a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não for celebrado a Ata ou não for entregue a documentação exigida para a assinatura da Ata de RP, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - houver o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VII - não for comprovada a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), e Cooperativa de Consumo (COOP), na licitação de lotes de cotas exclusivas ou reservadas (artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006):

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pelo Sr. Secretário Municipal quando ocorrer:

I - apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato/Ata;

II - fraude na licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Contrato/Ata;

III - comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza;

IV - prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - prática de ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA: O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

LICITA V – DELIS

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

III - deixar, injustificadamente, de assinar a ata ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

IV - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

V - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A ata de registro de preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na cláusula décima primeira para cada hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO: Responsável pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços: **Sr. Anderson dos Santos Andrade, chefe da COPED/SEDUC.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO PRODUTO: O produto será recebido:

I. Provisoriamente na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com a especificação, nos termos do art. 140, II, “a”, da Lei Federal nº 14133/2021.

II. Definitivamente, após verificação e consequente aceitação, mediante recibo expedido, no prazo de até **5 (cinco) dias corridos**, nos termos do artigo 140, II, letra "b" da Lei Federal nº 14133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CRITÉRIO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA NO CASO DE ATRASO NOS PAGAMENTOS: No caso de inadimplemento de parcela por mais de 30 (trinta) dias, sobre o valor devido incidirá atualização monetária pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro-rata die, desde o final do trintídio até a data de efetiva liquidação do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: As partes deste instrumento deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para propósito de execução e acompanhamento deste ajuste, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos à esta avença, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

LICITAV – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO: Aplica-se à execução desta Ata e, especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Será competente o foro da Comarca de Santos para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta ata, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem assim de pleno acordo assinam presente instrumento, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 18.028/2025, na presença de duas testemunhas que são para que surtam os efeitos legais, pelo que eu,o digitei, dato e assino.

Santos, ____de ____de 2025.

FORNECEDORA

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EM SUBSTITUIÇÃO**

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

ANEXO VIII

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

_____(consorciada)_____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/M.F. sob nº _____, representada neste ato por seu _____, Sr. _____ e _____(consorciada)_____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de _____, Estado _____, representada na presente oportunidade por seu _____, Sr. _____, ajustam e convencionam pelo presente a constituição de CONSÓRCIO para fins adiante, que será pelos mesmos cumprido, bem assim por seus sucessores a qualquer título, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a constituição de CONSÓRCIO entre as partes signatárias, em cumprimento ao compromisso apresentado no Pregão Eletrônico nº 18.028/2025, que objetiva o fornecimento de _____, sendo que, para o cumprimento das obrigações decorrentes do firmamento da ata originária de tal procedimento licitatório, as partes comprometeram-se a emprestar recíproca colaboração profissional e técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA - NATUREZA JURÍDICA: O consórcio ora formalizado não se constitui nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta de seus membros.

CLÁUSULA TERCEIRA - DENOMINAÇÃO: Apenas para o fim exclusivo de relacionamento com o Município da avença antes declinada, convencionam-se chamar-se as empresas subscritas como CONSÓRCIO _____/_____, de modo a facilitar o tratamento.

CLÁUSULA QUARTA – ENDEREÇO: O CONSÓRCIO tem como endereço a Rua: _____, na cidade de _____, Estado _____, sede da Empresa _____ nome da empresa líder_____.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE DURAÇÃO: O presente instrumento vigorará pelo tempo necessário à execução da totalidade do objeto da ata na Cláusula Primeira, sendo sua duração de (.....) meses, ou até a conclusão do objeto licitado.

CLÁUSULA SEXTA – LIDERANÇA: Fica instituída como líder do consórcio a empresa _____, a qual são conferidos amplos poderes de representação, inclusive para receber pagamentos relativos à Ata citada na Cláusula Primeira, assinar recibos, dar quitação, etc.

CLÁUSULA SÉTIMA - PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO OBJETO DA ATA:

I- Convencionam-se que, para a execução do Objeto da ata mencionado na cláusula Primeira, a cada uma das consorciadas, sob a coordenação da empresa líder, competirá:

A) à _____(nome da consorciada), executar:

LICITA V – DELIS

a.1) _____

a.2) _____

B) à _____ (nome da consorciada), executar:

b.1.) _____

b.2.) _____

(...)

CLÁUSULA OITAVA - PARTICIPAÇÃO DA REMUNERAÇÃO:

I) Considerando o valor total da ata a que se alude na Cláusula Primeira, cada uma das consorciadas fará jus aos seguintes percentuais de participação na remuneração a ser paga ao Município:

a) empresa _____, _____% (.....)

b) empresa _____, _____% (.....)

(...)

CLÁUSULA NONA – DESPESAS: Cada empresa consorciada será responsável pelas despesas necessárias à consecução de sua cota parte na execução do objeto da atendida ata, inclusive no que diz respeito a tributo e outros custos incidentes sobre a parcela da remuneração.

CLÁUSULA DÉCIMA – COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

I) As empresas consorciadas comprometem-se entre si a responder individualmente pelas que cada qual assumiu, no entanto, todas as consorciadas comprometem-se perante a _____ (nome da licitadora) _____, ao cumprimento da totalidade do objeto da ata referida na Cláusula Primeira, pelo que serão solidariamente responsáveis por qualquer inadimplemento e irregularidades do indigitado ajuste, seja de que natureza for.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO: Eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão competente e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os esmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA- DO FORO: É competente o foro da comarca de Santos, estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para a dirimência de eventuais divergências entre as partes, resultante deste instrumento que não possam ser solucionadas de comum acordo entre os representantes das consorciadas. E por estarem justas e contratadas, as partes asinam o presente pacto, em ____ (____) vias de igual teor e forma, destinando-

LICITAV – DELIS

se uma via para a _____(nome da licitadora) _____, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

Santos, _____ de _____ de 2025

_____(consoiciada)_____

_____(consoiciada)_____

Testemunhas:

LICITAV – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

ANEXO IX**TERMO DE COMPROMISSO DE CONSÓRCIO**

Pelo presente instrumento, as signatárias, com vistas à participação no Pregão Eletrônico nº 18.028/2025, assumem o compromisso de efetivamente formalizarem a constituição de consórcio, caso vençam a licitação em apreço, pelo que declaram desde já que:

Indico _____ (Indicação clara do nome e qualificação das consorciadas e participação de cada qual no consórcio, sem prejuízo de sua responsabilidade solidária);

A empresa _____, será a líder do consórcio;

Confiro ao líder amplos poderes para representar os consorciados na licitação, em especial: transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação.

O prazo de duração do consórcio, será de _____ (_____) meses ou até o cumprimento de todas as obrigações da ata;

As consorciadas serão responsáveis solidariamente pela execução total da ata, em todos os seus termos.

_____, _____ de _____ de 2025

(Nome da empresa e de seu representante legal)

(Nome da empresa e de seu representante legal)

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

– ANEXO X –

LOCAIS DE ENTREGA

• Relação da Unidades •

	ATENDIMENTO	CÓDIGO CIE	UNIDADES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	ENDEREÇO	CEP	BAIRRO	TELEFONE	ZONA	Nº PLANTA
1	Maternal II ao Pré	35.056.200	UME Alcides Lobo Viana, Dr.	Av. Sen. Pinheiro Machado, 606	11075-000	Marapé	3239-4170	INTERMEDIÁRIA	M01
2	Berçário I ao Pré	35.268.227	UME Andradas, Dos	Rua Alm. Ernesto de Mello Jr., 130	11035-300	Aparecida	3271-6707	ORLA	M02
3	1º ao 5º	35.430.614	UME Andradas II, Dos	Rua Alm. Ernesto de Mello Jr., 150	11035-300	Aparecida	3271-6707	ORLA	M02
4	Berçário I ao Maternal II	35.191.838	UME Anízio Bento	Av. Eng. Manoel Ferramenta Jr, s/n	11086-400	Areia Branca	3299-4255	NOROESTE III	M04
5	Berçário I ao Pré	35.056.261	UME Antônio de Oliveira Passos Sobrinho, Prof.	Av. Cons. Rodrigues Alves, 197	11015-201	Macuco	3234-8567	INTERMEDIÁRIA	M05
6	1º ao 5º	35.203.836	UME Antonio Demóstenes de Souza Britto, Prof.	Rua Voluntários Santistas, s/n	11055-904	Boqueirão	3233-2447	ORLA	M06
7	1º ao 5º	35.056.066	UME Auxiliadora da Instrução	Pça. Rubens Ferreira Martins, 08	11020-100	Estuário	3227-2823	INTERMEDIÁRIA	M07
8	6º ao 9º	35.207.068	UME Avelino da Paz Vieira, Prof.	Rua Sete de Setembro, 22	11013-350	Vila Nova	3232-6385	CENTRAL II	M08
9	6º ao 9º	35.075.668	UME Ayrton Senna da Silva	Av. Sen. Pinheiro Machado, 617	11075-002	Campo Grande	3252-3732	INTERMEDIÁRIA	M09
10	1º ao 5º Ciclos I e II	35.056.078	UME Barão do Rio Branco	Rua Visconde de Cayrú, 217	11075-701	Campo Grande	3237-6960	INTERMEDIÁRIA	M74

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

1 1	Berçário II ao Maternal II	35.234 .825	UME Candinh a Ribeiro de Mendonç a	Rua Manoel Nascimento Junior, 56	11013- 550	Jabaquara	3222- 9267	INTERMED IÁRIA	M10
1 2	Maternal II ao Pré	35.056 .273	UME Cely de Moura Negrini, Prof.	Pça. Profº José Oliveira Lopes, 62	11088- 190	Rádio Clube	3203- 1632	NOROESTE III	M11
1 3	1º ao 9º Ciclo II	35.056 .085	UME Cidade de Santos	Av. Senador Dantas, 410	11015- 210	Embaré	3231- 1212	ORLA	M12
1 4	Berçário II ao Maternal II	35.480 .204	UME Claudia Helena dos Santos Oliveira Correa	Rua Augusto Gomes Pereira, 861	11089- 220	Bom Retiro	3219- 2312	NOROESTE III	M13
1 5	Maternal II aoPré	35.090 .924	UME Clóvis Bandeira Brasil, General	Rua Dr. Almir Barros França, 73	11090- 020	Bom Retiro	3203- 2587	NOROESTE III	M14
1 6	1º ao 5º	35.565 .726	UME Colégio Santista	Rua Sete de Setembro, 34	11013- 350	Vila Nova	3228- 1818	CENTRAL II	M15
1 7	Maternal II ao Pré	35.056 .212	UME Cyro de Athayde Carneiro , Dr.	Rua Paulo Clemente Santini, 36	11080- 000	Morro Nova Cintra	3258- 6930	MORROS III	M16
1 8	Maternal II ao Pré	35.075 .681	UME Derosse José de Oliveira, Dr.	Av. Conselheiro Nébias, 739	11045- 003	Boqueirão	3234- 4287	ORLA	M17
1 9	1º ao 5º	35.089 .977	UME Dino Bueno, Dr.	Rua Cunha Moreira, 134	11050- 241	Encruzilhada	3232- 9757	INTERMED IÁRIA	M18
2 0	6º ao 9º	35.069 .619	UME Edméa Ladevig	Rua Bahia, 49	11060- 451	Gonzaga	3284- 5905	ORLA	M19
2 1	Maternal II ao Pré	35.225 .617	UME Elsa Virtuoso	Rua Antônio Maia, 146	11020- 310	Estuário	3231- 1379	INTERMED IÁRIA	M20
2 2	1º ao 5º	35.203 .828	UME Emília Maria Reis, Profª	Bernardino de Campos, 355	11075- 550	Vila Belmiro	3237- 7106	INTERMED IÁRIA	M21
2 3	1º ao 5º Ciclo II	35.390 .872	UME Esmeral do Tarquini o, Prefeito	Rua Dr. Alderico Monteiro Soares, s/nº	11090- 190	Bom Retiro	3299- 3836	NOROESTE III	M22

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

2 4	Maternal II ao Pré	35.056 .297	UME Eunice Caldas	Rua São Paulo, 40	11075- 330	Vila Mathias	3234- 9009	CENTRAL II	M23
2 5	1º ao 5º	35.056 .091	UME Fernand o Costa, Dr.	Rua Luiz Di Renzo, 105	11085- 650	São Jorge	3203- 2983	NOROESTE III	M24
2 6	Berçário II ao Maternal I	35.194 .852	UME Flavio Cipriano Barbosa	R. Nicolau Moran, 21	11095- 070	São Manoel	3299- 8489	NOROESTE I	M25
2 7	6º ao 9º	35.078 .924	UME Florestan Fernand es, Prof.	Rua Oswaldo Cochrane, 91	11040- 111	Embaré	3227- 2120	ORLA	M26
2 8	1º ao 5º	35.024 .633	UME Florestan Fernand es I, Prof.	Rua Benjamin Constant, 50	11040- 141	Embaré	3227- 0003	ORLA	
2 9	Berçário I ao Maternal I	35.286 .291	UME Francisc o Leite, Padre	Av. Dr. Moura Ribeiro, 170	11070- 060	Marapé	3252- 6393	INTERMED IÁRIA	M27
3 0	Maternal II ao Pré	35.234 .849	UME Gemma Rebello	Rua Vereador Freitas Guimarães, 13	11013- 490	Vila Nova	3222- 9464	CENTRAL II	M28
3 1	1º ao 5º	35.076 .843	UME Gota de Leite	Rua Xavier Pinheiro, 217	11015- 010	Encruzilhada	3235- 1695	INTERMED IÁRIA	M29
3 2	Maternal I ao Jardim	35.273 .934	UME Hilda D'Onófri o Papa	Av. Brigadeiro Faria Lima, 835	11088- 300	Rádio Clube	3299- 5070	NOROESTE III	M30
3 3	Berçário II ao Maternal I	35.234 .850	UME Hilda Rabaça	Rua Ana Santos, 125	11085- 350	Vila Haddad	3299- 9009	NOROESTE II	M67
3 4	Maternal II ao Pré 1º ao 5º	35.653 .871	UME Ilha Diana	Rua Principal - Ilha Diana, Vila Base Aérea	11230- 990	Área Continental	3268- 2103	PRESERVA ÇÃO	M85
3 5	Berçário II ao Pré	35.084 .475	UME Iveta Mesquita Nogueira , Profª	Av. Rei Alberto I, 379	11030- 381	Ponta da Praia	3261- 3668	ORLA	M32
3 6	Maternal II e Jardim	35.078 .918	UME João Ignácio de Souza, Vereador	Av. Hugo Maia, s/nº	11088- 001	Rádio Clube	3299- 4876	NOROESTE III	M33
3 7	1º ao 5º	35.363 .169	UME João Papa Sobrinho , Prof.	Rua Goiás, 145	11050- 101	Gonzaga	3222- 2201	ORLA	M34
3 8	Berçário I ao Maternal I	35.191 .814	UME João Walter Sampaio Smolka	Rua Professor Nelson Espíndola Lobato, s/n	11088- 330	Rádio Clube	3203- 6662	NOROESTE III	M35

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

3 9	1º ao 7º Ciclos I e II	35.355 .948	UME José Bonifácio	Av. Conselheiro Nébias, 175	11015- 001	Vila Nova	3232- 3425	CENTRAL II	M36
4 0	Maternal II ao Pré 1º ao 9º - Ciclo II	35.056 .236	UME José Carlos de Azevedo Jr.	Rua Nicolau Geraigire, s/n	11095- 070	São Manoel	3203- 2447	NOROESTE I	M37
4 1	Maternal II ao Pré	35.090 .013	UME José da Costa Barbosa	Rua Dr. Gaspar Ricardo, s/n	11070- 350	Marapé	3237- 6904	INTERMED IÁRIA	M38
4 2	Jardim e Pré 1º ao 9º	35.207 .081	UME José da Costa e Silva Sobrinho , Dr.	Rua Lúcia Hehl Caiaffa, 375	11095- 420	Piratininga	3296- 6765	NOROESTE I	M39
4 3	Berçário I ao Maternal II	35.234 .862	UME José de Sá Porto, Prof.	Rua Tomoichi Kobuchi, 10	11086- 100	Areia Branca	3299- 4004	NOROESTE III	M40
4 4	6º ao 9º	35.056 .108	UME José Genésio, Irmão	Rua Pedro Borges Gonçalves, 106	11065- 300	Morro José Menino	3237- 6966	MORROS III	M41
4 5	Berçário I ao Maternal I	35.114 .315	UME Laurival Rodrigue s	Av. Pref. Dr. Antônio Manoel de Carvalho, s/n	11080- 100	Morro Nova Cintra	3258- 7518	PRESERVA ÇÃO	M42
4 6	1º ao 5º Ciclos I e II	35.056 .145	UME Leonard o Nunes, Padre	Av. Afonso Schmidt, 610	11087- 000	Areia Branca	3299- 1143	NOROESTE III	M43
4 7	Maternal II ao Pré	35.056 .194	UME Leonor Mendes de Barros	Pça. Fernandes Pacheco s/n	11060- 410	Gonzaga	3284- 1814	ORLA	M44
4 8	1º ao 9º	35.056 .112	UME Lourdes Ortiz	Rua Ricardo Pinto, 129	11035- 171	Aparecida	3236- 9989	ORLA	M45
4 9	1º ao 5º	35.356 .037	UME Lúcio Floro, Padre	Rua Dr. Carlos Alberto Curado, 2287	11065- 710	Morro José Menino	3225- 6146	MORROS III	M46
5 0	Maternal II ao Pré	35.203 .841	UME Luiz Carlos Prestes	Pça. Maria Coelho Lopes, s/n	11089- 030	Bom Retiro	3203- 2710	NOROESTE III	M48
5 1	Berçário I ao Pré	35.006 .069	UME Luiz Alca de Santana	Rua dos Portugueses, s/n	11095- 390	Piratininga	3219- 9031	NOROESTE I	M47
5 2	Berçário II ao Maternal II	35.191 .851	UME Luiz Lopes, Dr.	Av. Santista, 65	11080- 000	Morro Nova Cintra	3258- 6116	MORROS III	M49

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

53	Berçário I ao Maternal I	35.234 .874	UME Lydia Federici	Rua Mato Grosso, 83	11055- 011	Boqueirão	3286- 1583	ORLA	M50
54	Maternal II ao Pré	35.078 .906	UME Magali Alonso, Profª	Rua São João, s/n	11082- 160	Morro São Bento	3233- 1327	PRESERVA ÇÃO	M51
55	Berçário I ao Maternal I	35.588 .039	UME Margare th Buchma nn	Av. Dr. Pedro Lessa, 2880	11025- 002	Embaré	3216- 1395	ORLA	M52
56	1º ao 5º - EEE Ciclos I e II	35.079 .157	UME Maria Carmelit a Proost Vilaça, Profª	Av. Professor Aristóteles Menezes, 11	11035- 030	Ponta da Praia	3236- 9997	ORLA	M84
57	1º ao 5º	35.203 .804	UME Maria de Lourdes Borges Bernal, Profª	Rua Arthur Parsloe, 52	11087- 460	Castelo	3203- 3613	NOROESTE III	M53
58	Berçário I ao Maternal I	35.435 .521	UME Maria Dolores, Irmã	Rua Sete de Setembro, 34	11013- 310	Vila Nova	3219- 3254	CENTRAL II	M54
59	Berçário I ao Maternal II	35.005 .993	UME Maria Lúcia Prandi	Av. N. Senhora de Fátima, 915	11085- 203	São Jorge	3219- 8765	NOROESTE III	M56
60	6º ao 9º Ciclo II	35.075 .673	UME Maria Luiza Alonso Silva, Profª	Pça. Engenheiro José Rebouças, s/n	11030- 000	Ponta da Praia	3261- 4907	ORLA	M57
61	Berçário I ao Maternal I	35.191 .826	UME Maria Luiza Simões Ribeiro, Profª	Rua Pio XII, 40	11085- 050	Saboó	3296- 5455	NOROESTE II	M58
62	Maternal II ao Pré	35.056 .248	UME Maria Patricia Fogaça	Av. Martins Fontes, 225	11085- 000	Saboó	3219- 1202	NOROESTE II	M59
63	1º ao 9º Ciclos I e II	35.056 .170	UME Mário de Almeida Alcântar a, Prof.	Rua Mansueto Pierotti, 75	11010- 270	Chinês	3219- 3475	CENTRAL I	M60
64	1º ao 9º	35.056 .121	UME Martins Fontes	Estrada João Baptista, s/n	11081- 200	Morro Penha	3296- 1059	MORROS I	M61
65	Berçário I ao Pré 1º ao 9º - Ciclo II	35.653 .883	UME Monte Cabrão	Rodovia Piaçaguera/Guarujá, Km 33	11220- 000	Monte Cabrão	3352- 4991	URBANA I - AC	M86

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

66	Maternal II ao Pré	35.078.931	UME Nelson de Toledo Piza, Dr.	Rua Flaminio Levy, s/n	11085-080	Saboó	3296-3361	NOROESTE II	M62
67	Berçário I ao Pré	35.363.157	UME Noel Gomes Ferreira	Rua Andrade Soares, 187	11200-990	Caruara	3268-1213	URBANA I - AC	M63
68	1º ao 5º	35.056.133	UME Olavo Bilac	Rua Carvalho de Mendonça, 601	11070-102	Campo Grande	3239-3014	INTERMED IÁRIA	M64
69	Maternal II ao Pré	35.056.259	UME Olivia Fernandes	Pça. Coronel Fernando Prestes, s/n	11020-010	Embaré	3238-9550	INTERMED IÁRIA	M65
70	Berçário I ao Pré	35.008.028	UME Orlando Adegas, Prof.	Rua 4 (antiga Rua P), 80	11081-225	Morro Penha	3296-3001	MORROS I	M66
71	Maternal II ao Pré 1º ao 9º	35.194.864	UME Oswaldo Justo, Prefeito	Rua Ana Santos, 125	11085-350	Vila Haddad	3299-9009	NOROESTE II	M67
72	Berçário I ao Pré 1º ao 5º	35.006.980	UME Paulo Gomes Barbosa	Av. Waldemar Leão, 184	11013-601	Jabaquara	3228-3728	INTERMED IÁRIA	M68
73	Pré 1º ao 5º	35.207.073	UME Pedro Crescenti, Prof.	Av. Brigadeiro Faria Lima, s/n	11088-300	Rádio Clube	3203-5790	NOROESTE III	M69
74	1º ao 5º	35.056.157	UME Pedro II	Av. Professor Aristóteles Menezes, 41	11035-030	Ponta da Praia	3261-1181	ORLA	M70
75	Maternal II ao Pré	35.056.224	UME Porchat de Assis, Dr.	Rua Ana Pimentel, 23	11030-050	Ponta da Praia	3261-5583	ORLA	M71
76	Berçário I ao Maternal II	35.236.597	UME Regina Altman	Rua 3 esq. C/ Rua 8	11080-550	Vila Progresso	3258-6521	PRESERVAÇÃO	M72
77	1º ao 9º Ciclo II	35.207.093	UME Ricardo Sampaio, Judoca	Rua Xavantes, 70	11200-990	Caruara	3268-1300	URBANA I - AC	M73
78	1º ao 5º	35.429.983	UME Rubens Lara, Deputado	Rua Lucinda de Matos, 293	11080-130	Morro Nova Cintra	3258-6640	MORROS III	M75
79	Maternal II à Pré	35.082.077	UME Samuel Augusto Leão de Moura, Dr.	Av. Eng. Manoel Ferramenta Júnior, 101	11086-400	Areia Branca	3203-2909	NOROESTE III	M76
80	Berçário I ao Maternal I	35.191.848	UME Sandra Cristina	Av. Professor Francisco De Domênico, s/n	11086-000	Bom Retiro	3291-3535	NOROESTE III	M77

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

			Teixeira da Gama						
81	1º ao 5º Ciclo II	35.245.999	UME Therezinha de Jesus Siqueira Pimentel, Profª	Rua São Roque, s/n	11081-000	Morro São Bento	3258-7699	PRESERVAÇÃO	M79
82	Berçário I ao Pré	35.007.173	UME Terezinha Maria Calçada Bastos	Rua Santa Helena, s/n	11082-430	Morro São Bento	3223-2327	MORROS I	M78
83	1º ao 9º Ciclo II	35.069.607	UME Vinte e Oito de Fevereiro	Rua Flaminio Levy, 1051	11085-080	Saboó	3296-4606	NOROESTE II	M80
84	1º ao 4º	35.409.406	UME Waldemar Valle Martins, Padre	Av. Sen. César Lacerda Vergueiro, 45	11035-300	Ponta da Praia	3221-8255	ORLA	M03
85	1º ao 5º	35.203.816	UME Waldery de Almeida, Prof.	Praça Maria Coelho Lopes, 0	11089-030	Bom Retiro	3203-1392	NOROESTE III	M82
86	Berçário I ao Maternal I	35.234.886	UME Yara Nascimento Santini	Rua Dr. Fausto Felício Brusarosco, s/nº	11087-400	Castelo	3203-3008	NOROESTE III	M83

• **Núcleos 2025** •

Quantidade de Núcleos	OSC	NÚCLEOS	UME	Segmento	PROFESSOR ARTICULADOR	SUPERVISOR
1	ARCANJO RAFAEL	Nº 01 – Zona Noroeste I Av. Afonso Schmidt s/nº Zona Noroeste	Leonardo Nunes (13) 3299-1143 Maria de Lourdes B. Bernal (13) 3203-3613	Fund. Anos iniciais Fund. Anos iniciais	Luana Magalhães Domingues do Prado (13) 99620.3101 luanaprado@santos.sp.gov.br	Luciane São Marcos
2	Arte no Dique	Nº 02 – Rádio Clube I Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1349 Rádio Clube Tel.: 3299-3730/ 98871-0341	Pedro Crescenti (13) 3203-5790	Fund. Anos Iniciais	Ana Nery Pereira da Silva (13) 98846.1405 ananery@educa.santos.sp.gov.br	Verginia

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

3	Pró-Viver	Nº 03 – São Jorge Av. Francisco Ferreira Canto, 315 Tel: 99159-7234	Fernando Costa * (13) 3203-2983	Fund. Anos iniciais	Fátima Lúcia Fernandes Nunes (13) 99701.8808 fatimanunes@santos.sp.gov.br	Ana Lúcia Negrão
4	ARCANJO RAFAEL	Nº 04 - Zona Noroeste II Avenida Nossa Senhora de Fátima, 180 Tel: 3296-1000/ 99687-0187	Esmeraldo Tarquínio (13) 3299-3836 Oswaldo Justo * (13) 3299-9009 Vinte Oito de Fevereiro (13) 3296-4606 Waldery de Almeida (13) 3203-1392	Fund Iniciais Fund. Anos Iniciais e Finais Fund. Anos Iniciais e Finais Fund. Anos iniciais	Dorcas Almada de Faria (13) 98199.9164 dorcassaria@santos.sp.gov.br	Denise Rodrigues
5	UACEP	Nº 05 – São Manoel R. João Fraccaroli, s/n - Santa Maria, Santos - SP Tel: 3203-2447	José Carlos de Azevedo Júnior * (13) 3203-2447	Fund. Anos Iniciais e Finais	Elenilda de Oliveira Amorim Ferreira (13) 97407.9013 elenildaferreira@santos.sp.gov.br	Iara
6	UACEP	Nº 06 – Caruara Rua Caramuru, 631 - Caruara	Ilha Diana * Monte Cabirão (13) 3201-5134 Judoca Ricardo Sampaio * (13) 3268-1300	Fund. Anos Iniciais e Finais Fund. Anos Iniciais Fund. Anos Iniciais e Finais	Juliana Sampaio Oehlmann da Silva (13) 99775.6833 juliana31588412822@educa.santos.sp.gov.br	Sandra
7	UACEP	Nº 07 – Piratininga Rua Cel José João Jorge, Nº 98 - Piratininga	José da Costa e Silva Sobrinho * (13) 3296-1747	Fund. Anos Iniciais e Finais	Jucione Evangelista Barrada (13) 98839.5453 jucionebarrada@santos.sp.gov.br	Maria Fernanda
8	UACEP	Nº 08 – São Bento Rua Santa Cecília, 795 Morro São Bento	Mário de Almeida Alcantra * (4º ao 9º ano) (13) 3219-3475	Fund. Anos Iniciais e Finais	Alessandra Almeida de Carvalho (13) 99166.5357 alessandraalmeida@santos.sp.gov.br alexandra.almeida.carvalho@gmail.com	Marina

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

		(Museu Arte Sacra) Tel: 99742-6030	Martins Fontes (2º ao 9º ano) (13) 3296-1059	Fund. Anos Iniciais e Finais		
9	APASEM	Nº 09 – Embaré Rua Padre Visconti, 12 Embaré Tel: 99612-5154	Auxiliador a da Instrução (13) 3227-2823 Cidade de Santos (13) 3231-1212	Fund. Anos iniciais Fund. Anos iniciais	Igor de Carvalho Cunha (13) 99747.4503 igorcunha@educa.santos.sp.gov.br	Virginia
10*	EDUCANDÁRIO SANTISTA	Nº 10 – Boqueirão * (NÚCLEO INTEGRAL) Avenida Conselheiro Nébias, 680 Tel: 3234-9595	Antônio Demóstenes de Souza Britto * (13) 3233-2447	Fund. Anos iniciais	Tatiana Ramires Franqueira Nóvoa (13) 97412.6733 tatiananovoa@santos.sp.gov.br	Denise de Simone
11	UACEP	Nº 11 – Marapé I Rua Napoleão Laureano, 89 Marapé Tel: 3221-5454	Ayrton Senna * (13) 3252-3732 Cidade de Santos (13) 3231-1212 Edméa Ladevig (13) 3284-5905 José Genésio (13) 3237-6966	Fund. Anos Finais Fund. Anos Finais Fund. Anos Finais Fund. Anos Finais	Felipe da Silva Marques Salles (13) 99171.2496 felipesalles@educa.santos.sp.gov.br	Fátima Faleco
12	Pró-Viver	Nº 12 – Marapé II Avenida Senador Pinheiro Machado, 624 Tel: 98166-5150	Olavo Bilac * (13) 3239-3014	Fund. Anos iniciais	Daniela Aparecida Barbosa Soares (13) 99785.5603 danielasoes@santos.sp.gov.br	Maira
13	ARCANJO RAFAEL	Nº 13 – Campo Grande Rua Visconde de Cairú, 160 (13) 3010-2414	Barão do Rio Branco * (13) 3237-6960	Fund. Anos iniciais	Daniela Bonaparte Pereira Netto (13) 99747.8836 danielanetto@santos.sp.gov.br	Renata
14	Arte no Dique	Nº 14 – Ponta da Praia Av. dos	Lourdes Ortiz (13) 3236-9989	Fund. Anos Iniciais e Finais	Karen Caroline Brito Santos (13) 99678.687 karensantos@santos.sp.gov.br	Mani Cibebe

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

		Bancários, 69 - Ponta da Praia Tel: 99745-9796	Maria Luiza Alonso (13) 3261-4907	Fund. Anos Finais		
			Pedro II (13) 3261-1181	Fund. Anos Iniciais		
15	APASEM	Nº 15 – Jabaquara Av. Rangel Pestana, 395 Jabaquara Tel: 3385-6368/ 3383-6563/ 99785-3902	Dino Bueno (13) 3232-9757	Fund. Anos iniciais	Rogério Oliveira Manzano (13) 98101.6711 rogeriomanzano@santos.sp.gov.br	Angélica
			Gota de Leite (13) 3235-1695	Fund. Anos iniciais		
			Rubens Lara (proposta 3º ao 5º ano) (13) 3258-6640	Fund. Anos iniciais		
			Therezinha Pimentel de Jesus (13) 3258-7699	Fund. Anos iniciais		
16	UACEP	Nº 16 – Nova Cintra Rua Paulo Clementi Santini, 126 Morro da Nova Cintra	Rubens Lara (Proposta 1º e 2º ano) (13) 3258-6640	Fund. Anos iniciais	Luciana Sotelo Medeiros (13) 99148.3145 lucianamedeiros@santos.sp.gov.br	Angélica
17	EMEENE de Santos	Nº 17 – Rádio Clube II Rua Vereador Álvaro Guimarães, 350 Rádio Clube Tel: 98214-6457	Esmeraldo Tarquínio (13) 3299-3836	Fund. Anos iniciais	Rayanny Jéssica Pereira Beserra (13) 99716.3786 rayannybeserra@gmail.com	Tex

• INTEGRAIS 2025 •

Quantidade de ume	OSC	UME	Segmento	TOE	Supervisor
1	ARCANJO RAFAEL	Nº 18 – Colégio Santista Tel: 3228-1818 Rua Sete de Setembro, 34 - Vila Nova CEP 11013-350	Fund. Anos Iniciais	Lucas Onofre de Souza (13)98833-4929	Suzana
2	ARCANJO RAFAEL	Nº 19 - Avelino da Paz Viera Tel: 3232-6385 Rua Sete de Setembro,	Fund. Anos Finais	Sergio (13) 98164-1379	Vânia

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

		22 - Vila Nova CEP 11013-350"			
3	PRÓ-VIVER	Nº 20 – Florestan Fernandes Tel: 3227- 2120 Rua Oswaldo Cochrane, 91 - Embaré CEP 11040-111	Fund. Anos Finais	Edson Luiz Ferreira (13) 97419-9746	Adélia
4	PRÓ-VIVER	Nº 21 – Florestan Fernandes I Tel: 3227- 0003 Rua Benjamin Constant, 50 Embaré CEP 11040-140	Fund. Anos Iniciais	Manoela Xavier Gandarez (13) 98827- 5834	Maria de Lourdes
5	PRÓ-VIVER	Nº 22 – Dos Andradas II Tel: 3227-4494 Rua Almirante Ernesto de Mello Junior, 150 - Aparecida CEP 11035-300	Fund. Anos Iniciais	Marcela da Silva (13) 99794-5294	Marcia Sertorio
6	PRÓ-VIVER	Nº 23 - Padre Waldemar Valle Martins Tel: 3221-8255 Rua Vinte e Oito de Setembro, 201 Macuco CEP 11015-110	Fund. Anos Iniciais	Roselaine Moares (13) 98816-9925	Adriana
7	ARTE NO DIQUE	Nº 24 – Maria Carmelita Proost Vilaça Tel: 3236-9997 Av. Professor Aristóteles Menezes, 2 Ponta da Praia CEP 11035-030	Fund. Anos Iniciais	Leslie (13) 99120-3978	Marcia Oliveira
8	PRÓ-VIVER	Nº 25 – Padre Lúcio Floro Tel: 3225-6146 Rua Doutor Carlos Alberto Curado, 2.287 Morro José Menino CEP 11065710	Fund. Anos Iniciais	Ivan Luiz Baetta E. Alvarez (13) 99176- 6557	Maria de Lourdes
9	ARTE NO DIQUE	Nº 26 – Paulo Gomes Barbosa Tel: 3228-3728 Av. Dr. Waldemar Leão, 184 Jabaquara CEP 11013-601	Fund. Anos Iniciais	Liliana (Referência) 991439409 Sandro (experiência) 992115995	Eliana Paulo
10	EDUCANDÁRIO SANTISTA	Nº 27 – João Papa Sobrinho 3222-2201 Rua Goiás, 145 - Gonzaga CEP 1105	Fund. Anos Iniciais	Alex (13) 99208-1463	Débora
11	ARCANJO RAFAEL	Nº 28 – José Bonifácio Tel: 3232-3425 Av. Conselheiro Nébias, 175	Fund. Anos Iniciais e Finais	Carmem (13) 99157- 9649	Rosilene

• HÍBRIDAS 2025 •

Quantidade de ume	OSC	UME	Segmento	TOE	Supervisor
----------------------	-----	-----	----------	-----	------------

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

1	UACEP	"Nº 29 - Mario de Almeida Alcântara- Rua Mansueto Pierotti, 75 - Valongo (13) 3219-3475 mario-seduc@santos.sp.gov.br	Fund. Anos Iniciais	Flavia Letícia C. P. Britto (13) 99201-1144	Luciana Coelho
2	ARTE NO DIQUE	"Nº 30 - Emília Maria Reis- R. Dom Pedro I, s/n - Vila Belmiro, Santos (13) 3237-7106 emilia-seduc@santos.sp.gov.br	Fund. Anos Iniciais	Almir Bispo dos Santos (13) 99199-2063 Natalia Tanque (13) 99114-2191	Jessé
3	UACEP	"Nº 31 -Martins Fontes- Estr. João Baptista, 208 - Morro Penha, Santos (13) (13) 3296-1059 emilia-seduc@santos.sp.gov.br	Fund. Anos Iniciais	Flavia Letícia C. P. Britto (13) 99201-1144	Marina

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br

– ANEXO XI –

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME / EPP

A Empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

a) cumpre os requisitos legais para a qualificação como **MICROEMPRESA-ME / EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 à 43 da **LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06**.

b) não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no ano-calendário desta licitação, em conformidade com o previsto no inciso II, do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14133/2021.

c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

(Local e data)

(representante legal)

LICITA V – DELIS

Rua D. Pedro II - nº 25 - 4º andar - Centro – Santos/SP - CEP 11.010 – 080
Tels.: (13) 3201-5750 / (13) 3201-5540 – e-mail: licita5delis@santos.sp.gov.br